

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Alterações significativas	8

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	19
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	22
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	26
10.5 - Políticas contábeis críticas	28
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	33
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	34
10.8 - Plano de Negócios	35
10.9 - Outros fatores com influência relevante	36

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Petrobras está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como: risco de mercado relacionado aos preços do petróleo e derivados, às taxas cambiais e de juros, riscos de crédito e de liquidez.

Riscos de variação dos preços de petróleo e derivados

A Petrobras mantém, preferencialmente, a exposição ao ciclo de preços, não utilizando derivativos para a proteção de operações de compra ou venda de mercadorias cujo objetivo é atender às necessidades operacionais da Companhia.

As operações com derivativos destinam-se à proteção dos resultados esperados das transações realizadas no exterior, usualmente de curto prazo, acompanhando o preço das operações comerciais.

A tabela a seguir resume as informações sobre os contratos de derivativos de petróleo e derivados vigentes:

	Consolidado				
	Valor nominal (em mil bbl)*		Valor justo**		Vencimento
Balanco patrimonial	2013	2012	2013	2012	
Contratos Futuros	10.224	(3.380)	(48)	(36)	2014
Compromissos de compra	52.267	16.500	-	-	
Compromissos de venda	(42.043)	(19.880)	-	-	
Contratos de Opções	-	(2.050)	-	(3)	2014
Compra	-	(1.080)	-	(2)	
Posição titular	2.200	3.204	-	-	
Posição lançadora	(2.200)	(4.284)	-	-	
Venda	-	(970)	-	(1)	
Posição titular	1.869	2.029			
Posição lançadora	(1.869)	(2.999)			
Total registrado em outros ativos e passivos circulantes			(48)	(39)	

* Valor de Referência (Nocional) negativo representa posição vendida.

** Os valores justos negativos foram contabilizados no passivo e os positivos no ativo.

Risco Cambial

O risco cambial é um dos riscos financeiros a que a empresa está exposta, sendo este oriundo de movimentos nos níveis ou na volatilidade de taxas de câmbio que referenciam posições ativas e passivas da Companhia.

A Companhia possui ativos e passivos sujeitos a variações de moedas estrangeiras, cuja principal exposição é o Real em relação ao Dólar norte-americano.

A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais pode envolver o uso de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da Companhia.

A tabela a seguir resume as informações sobre os contratos de derivativos de câmbio vigentes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Balanco patrimonial	Consolidado			
	Valor Nominal (em milh6es)		Valor justo	
	2013	2012	2013	2012
Cross Currency Swap (vencimento em 2016)			26	156
Posi6o ativa (JPY) - 2,15%a.a.	JPY 35.000	JPY 35.000	826	887
Posi6o passiva (US\$) - 5,69%a.a.	USD 298	USD 298	(800)	(731)
D6lar a termo			(2)	1
Posi6o vendida	USD 17	USD 1.077	(2)	1
Total registrado em outros ativos e passivos			24	157

A partir de meados de maio de 2013, a Companhia designou formalmente rela6es de hedge para contabilizar os efeitos da prote6o natural que parte de suas obriga6es em d6lares produz contra o risco cambial ao qual parte das suas receitas futuras de exporta6es em d6lares está exposta. O risco cambial em questão refere-se ao risco de varia6o das taxas de câmbio spot e as exporta6es protegidas são as tidas como altamente prováveis.

A tabela a seguir resume os ativos e passivos da Companhia sujeitos  varia6o cambial.

31.12.2013	
<i>Itens</i>	<i>R\$ Milh6es</i>
Ativo	16.853
Passivo	(150.581)
Derivativos	741
Contabilidade de Hedge	95.443
Total	(37.544)

Considerando o equilíbrio entre passivos, ativos, receitas e compromissos futuros em moeda estrangeira, o impacto de possíveis varia6es cambiais não compromete a liquidez da Companhia no curto prazo, uma vez que grande parcela da dvida vence no longo prazo.

Risco de Taxa de Juros

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta , principalmente, em fun6o da LIBOR, para os financiamentos expressos em moeda estrangeira, e da taxa de juros de longo prazo (TJLP) para os financiamentos expressos em Reais. O aumento das taxas implica em acréscimo das despesas financeiras impactando negativamente a posi6o financeira da Petrobras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A tabela a seguir resume as informações sobre os contratos de derivativos de juros vigentes:

Balanco patrimonial	Consolidado			
	Valor Nominal (em milhões)		Valor justo	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Swap (vencimento em 2020)				
Posição passiva	USD 440	USD 460	(47)	(85)
Swap (vencimento em 2015)			(1)	(2)
Posição ativa – Euribor	EUR 10	EUR 15	–	1
Posição passiva – Taxa fixa 4,19%	EUR 10	EUR 15	(1)	(3)
Total registrado em outros ativos e passivos			(48)	(87)

Risco de Crédito

A Petrobras está exposta ao risco de crédito de clientes e de instituições financeiras, decorrente de suas operações comerciais e da administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

O gerenciamento de risco de liquidez adotado pela Companhia prevê a manutenção de prazo compatível de vencimento de suas dívidas com a expectativa de geração de caixa futuro, assim como a manutenção de um nível de caixa mínimo apropriado aos riscos de geração de caixa projetado e disponível de fontes de recurso.

A Petrobras financia o capital de giro através da centralização do caixa do sistema e assumindo dívidas de curto prazo que normalmente são relacionadas ao fluxo comercial, como notas de crédito de exportação e adiantamentos de contratos de câmbio. Os investimentos em ativos não circulantes são financiados por meio de dívidas de longo prazo como emissão de bônus no mercado internacional, agências de crédito, financiamento e pré-pagamento de exportação, bancos de desenvolvimento do Brasil e do exterior e linhas de crédito com bancos comerciais nacionais e internacionais.

A tabela a seguir representa o fluxo nominal de principal e juros dos financiamentos a curto, médio e longo prazo para 31 de dezembro de 2013 (em milhões).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Vencimento	Consolidado
2014	28.775
2015	30.448
2016	36.480
2017	29.396
2018	39.282
2019	43.467
2020 em diante	<u>155.665</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>363.513</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>278.056</u>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a. riscos para os quais se busca proteção

Riscos de variação dos preços de petróleo e derivados

A política de manter a exposição ao ciclo de preços é periodicamente revisada. Caso seja indicada a proteção, em cenários com probabilidade significativa de eventos adversos, a estratégia de proteção patrimonial ("hedge") deve ser executada com o intuito de proteger a solvência e a liquidez da Companhia, considerando uma análise integrada de todas as exposições a risco da Companhia, e assegurar a execução do plano corporativo de investimentos.

Risco Cambial

No que se refere ao gerenciamento de riscos cambiais, a Petrobras busca identificá-los e tratá-los, considerando uma análise integrada de proteções naturais (hedges naturais), beneficiando-se das correlações entre suas receitas e despesas. No curto prazo, o tratamento do risco é realizado por meio da alocação das aplicações do caixa entre real, dólar ou outra moeda.

A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais pode envolver o uso de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da Companhia. São elaboradas análises periódicas do risco cambial subsidiando as decisões da Diretoria Executiva.

Risco de Taxa de Juros

A Petrobras considera que a exposição às flutuações das taxas de juros não acarreta impacto relevante, de forma que, preferencialmente, a companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar esse tipo de risco; exceto em função de situações específicas apresentadas por empresas do sistema Petrobras.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia adota uma filosofia de gestão integrada de riscos, segundo a qual o foco da gestão não está nos riscos individuais – das operações ou das unidades de negócio – mas na perspectiva mais ampla e consolidada da corporação, capturando possíveis proteções naturais. Para a gestão de riscos de mercado/ financeiro são adotadas ações preferencialmente estruturais, criadas em decorrência de uma gestão adequada do capital e do endividamento da empresa, em detrimento da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os instrumentos utilizados são contratos futuros, a termo, "swaps" e opções.

As operações são realizadas nas Bolsas *New York Mercantile Exchange* - NYMEX e – *Intercontinental Exchange* - ICE, bem como no mercado de balcão internacional.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos****Riscos de variação dos preços de petróleo e derivados**

Os principais parâmetros utilizados na gestão de risco para variações de preços de petróleo e derivados da Petrobras são o Valor em Risco (*Value at Risk* - VaR) e "Stop Loss".

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

As operações com instrumentos derivativos são realizadas, exclusivamente, para compensar os efeitos da variação dos preços de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista, sendo vedada a utilização de instrumentos derivativos com fins de alavancagem.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A PETROBRAS possui uma área responsável por mapear os riscos dos processos de gestão de Riscos de Mercado, TI e Governança, o controle é realizado aplicando uma matriz de controles de forma a mitigar esses riscos. Esta área é também dedicada à certificação de controles internos em atendimento a seção 404 da SOX, bem como a Instrução CVM 480 de 2009 e se reporta regularmente ao Comitê de Auditoria vinculado ao Conselho de Administração.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura da Companhia está adequada aos controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada no último exercício social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Todas as informações relevantes foram fornecidas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

Nossa estratégia financeira tem como foco a manutenção da alavancagem financeira em uma faixa adequada, entre 25% e 35%, preservando o custo de capital nos menores níveis possíveis, dado o ambiente financeiro. O desenvolvimento de novos projetos na indústria de petróleo e gás natural envolve prazos de maturação longos e utilização intensiva de recursos financeiros. Dessa forma, a companhia pode conviver temporariamente com indicadores acima dos limites estabelecidos em períodos em que os investimentos realizados ainda não estejam gerando caixa.

Daremos continuidade à nossa política de alongamento do prazo de vencimento de nossas dívidas, explorando a capacidade de financiamento do mercado doméstico e desenvolvendo uma forte presença no mercado internacional de capitais, através da ampliação da base de investidores em renda fixa.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da Petrobras (Capital de Terceiros Líquido/Passivo Total Líquido) passou de 40% em 2011 e 47% em 2012 para 51% em 2013. A alavancagem líquida $[\text{Endividamento líquido}/(\text{Endividamento líquido} + \text{Patrimônio Líquido})]$, por sua vez, passou de 24% em 2011 e 31% em 2012 para 39% em 2013.

i. hipóteses de resgate

Não há previsão de resgate de ações por parte da Companhia.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há previsão de resgate de ações por parte da Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Utilizamos nossos recursos próprios principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. Em 2011, 2012 e 2013, atendemos esses requisitos com recursos gerados internamente e por meio de dívidas de curto e de longo. Acreditamos que através da nossa geração de caixa e acessando o mercado de dívidas, manteremos a capacidade de pagamento em relação aos compromissos assumidos sem que haja comprometimento da saúde financeira da Companhia.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 2011, 2012 e 2013, financiamos nosso capital de giro através de dívidas normalmente relacionadas ao nosso fluxo comercial, como notas de crédito de exportação e adiantamentos de contratos de câmbio. Os investimentos em ativos não circulantes são financiados através de dívidas de longo prazo como emissão de bônus no mercado internacional, empréstimos de agências de crédito de exportação, financiamento à exportação, pré-pagamento de exportação, financiamentos de bancos de desenvolvimento do Brasil e do Exterior e linhas de crédito com bancos comerciais nacionais e internacionais.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Pretendemos financiar nosso capital de giro através de dívidas normalmente relacionadas ao nosso fluxo comercial, como notas de crédito de exportação e adiantamentos de contratos de câmbio. Os investimentos em ativos não circulantes deverão ser financiados através de dívidas de longo prazo como emissão de bônus no mercado internacional, empréstimos de agências de crédito de exportação, financiamento à exportação, pré-pagamento de exportação, financiamentos de bancos de desenvolvimento do Brasil e do Exterior e linhas de crédito com bancos comerciais nacionais e internacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 2013, registramos o maior volume de recursos já captados, tanto no mercado de capitais (com uma captação equivalente a US\$ 11,2 bilhões), quanto no mercado bancário (US\$ 19,6 bilhões). Os financiamentos com ECAs alcançaram US\$ 1,6 bilhão. Captamos US\$ 32,5 bilhões no total.

O endividamento total do Sistema Petrobras em Reais aumentou 36% em relação a 31.12.2012, em decorrência de captações de longo prazo e do impacto da depreciação cambial de 14,6%.

Informações sumarizadas sobre os financiamentos:

	Consolidado							
Vencimento em	até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	5 anos em diante	Total (*)	Valor justo
Financiamentos em Reais (R\$):	2.612	3.259	6.840	5.050	5.433	30.271	53.465	53.204
Indexados a taxas flutuantes	1.740	2.304	6.022	4.221	4.675	26.198	45.160	
Indexados a taxas fixas	872	955	818	829	758	4.073	8.305	
Taxa média dos Financiamentos em Reais	7,4%	7,8%	9,2%	8,7%	8,9%	8,8%	8,7%	
Financiamentos em Dólares (US\$):	13.661	13.199	20.940	13.405	26.306	83.367	170.878	172.387
Indexados a taxas flutuantes	11.119	9.953	10.009	8.501	20.757	31.802	92.141	
Indexados a taxas fixas	2.542	3.246	10.931	4.904	5.549	51.565	78.737	
Taxa média dos Financiamentos em Dólares	3,1%	3,3%	3,1%	3,0%	3,1%	4,3%	3,7%	
Financiamentos em Reais indexados ao Dólar:	562	243	871	1.597	1.597	15.824	20.694	21.121
Indexados a taxas flutuantes	-	-	-	-	-	12	12	
Indexados a taxas fixas	562	243	871	1.597	1.597	15.812	20.682	
Taxa média dos Financiamentos em Reais indexados ao Dólar	5,2%	4,9%	6,7%	7,0%	7,0%	7,3%	7,1%	
Financiamentos em Libras (£)	31	-	-	-	-	4.354	4.385	4.461
Indexados a taxas fixas	31	-	-	-	-	4.354	4.385	
Taxa média dos Financiamentos em Libras	5,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	5,9%	5,9%	
Financiamentos em Ienes	1.361	276	1.046	254	231	-	3.168	3.217
Indexados a taxas flutuantes	230	230	230	230	230	-	1.150	
Indexados a taxas fixas	1.131	46	816	24	1	-	2.018	
Taxa média dos Financiamentos em Ienes	0,9%	0,9%	1,8%	0,8%	0,8%	0,0%	1,2%	
Financiamentos em Euro	500	32	25	25	4.031	10.374	14.987	15.533
Indexados a taxas fixas	500	32	25	25	4.031	10.374	14.987	
Taxa média dos Financiamentos em Euro	4,4%	1,4%	1,4%	1,4%	4,9%	4,2%	4,4%	
Financiamentos Outras Moedas	17	8	9	-	-	-	34	33
Indexados a taxas fixas	17	8	9	-	-	-	34	
Taxa média dos Financiamentos em outras moedas	12,5%	15,3%	15,3%	0,0%	0,0%	0,0%	14,0%	
Total em 31 de dezembro de 2013	18.744	17.017	29.731	20.331	37.598	144.190	267.611	269.956
Taxa média dos financiamentos	3,6%	4,2%	4,6%	4,7%	4,3%	5,6%	5,0%	
Total em 31 de dezembro de 2012	15.283	8.535	14.560	27.924	19.186	110.613	196.101	209.431

(*) Em 31 de dezembro de 2013, o prazo médio de vencimento dos financiamentos é de 7,1 anos.

Outras informações sobre Financiamentos estão disponíveis na nota explicativa 17 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas corporativas da Petrobras são não subordinadas e todas têm direitos iguais de pagamento.

As instituições financeiras requerem garantias à Petrobras quando emprestam recursos às subsidiárias da Companhia. Alguns financiamentos concedidos pelo BNDES estão garantidos pelos bens financiados (tubos de aço carbono para o Gasoduto Bolívia-Brasil e embarcações).

Por conta de contrato de garantia emitido pela União em favor de Agências Multilaterais de Crédito, motivado pelos financiamentos captados pela TBG, foram firmados contratos de contragarantia, tendo como signatários a União, a TBG, a Petrobras, a Petroquisa e o Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União.

A Petrobras mantém a gestão das Sociedades de Propósitos Específicos – SPE, que foram criadas com o objetivo de prover recursos para o desenvolvimento contínuo de seus projetos de infraestrutura de transporte e produção de petróleo e gás, além de melhorias em refinarias, cujas garantias dadas aos agentes financeiros nacionais e internacionais são os próprios ativos dos projetos, bem como penhor de direitos creditórios e ações das SPE.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Há limite de endividamento em contratos realizados com o BNDES a partir de 2009, que restringe que a relação entre a Dívida Líquida em reais e o EBITDA ultrapasse 5,5. A Companhia não possui outras obrigações de fazer (covenants) relacionadas a indicadores financeiros nos demais contratos de financiamento.

A empresa possui ainda obrigações contratuais referentes a apresentação de balanços trimestrais e anuais, revisados/auditados ou não. A tabela abaixo apresenta o volume dos contratos financeiros sujeitos a essas obrigações e suas respectivas características.

Data Limite de apresentação	Valor (USD bilhões)	Obrigação contratual
120 dias após o fim do trimestre	7,0	Apresentação de balanço trimestral com revisão do auditor*
120 dias após o fim do trimestre	10,6	Apresentação de balanço trimestral sem revisão do auditor
150 dias após o fim do trimestre	22,7	Apresentação de balanço trimestral sem revisão do auditor
120 dias após o fim do ano	0,8	Apresentação de balanço anual auditado
180 dias após o fim do ano	56,7	Apresentação de balanço anual auditado
* Aditivo Contratual aprovado e em execução, alterando a obrigação para apresentação de balanço sem revisão do auditor		

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em caso de não cumprimento das referidas obrigações contratuais os credores das respectivas dívidas poderão declarar o vencimento antecipado das respectivas dívidas desde que observados os prazos contratuais previstos.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existe limite de utilização dos financiamentos já contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeira

Demonstrações Consolidadas do Resultado – R\$ Milhões

	2013	2012	Variação	%
Receita de vendas	304.890	281.379	23.511	8
Custo dos produtos e serviços vendidos	(233.726)	(210.472)	(23.254)	11
Lucro bruto	71.164	70.907	257	–
Vendas	(10.601)	(9.604)	(997)	10
Gerais e administrativas	(10.751)	(9.842)	(909)	9
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(6.445)	(7.871)	1.426	(18)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(2.428)	(2.238)	(190)	8
Tributárias	(1.721)	(760)	(961)	126
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4.854)	(8.195)	3.341	(41)
	(36.800)	(38.510)	1.710	(4)
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	34.364	32.397	1.967	6
Receitas financeiras	3.911	7.241	(3.330)	(46)
Despesas financeiras	(5.795)	(3.950)	(1.845)	47
Var. monetárias e cambiais	(4.318)	(7.014)	2.696	(38)
Resultado financeiro líquido	(6.202)	(3.723)	(2.479)	67
Resultado de participações em investimentos	1.095	84	1.011	1.204
Participação nos lucros ou resultados	(1.102)	(1.005)	(97)	10
Lucro antes dos impostos	28.155	27.753	402	1
Imposto de renda e contribuição social	(5.148)	(6.794)	1.646	(24)
Lucro Líquido	23.007	20.959	2.048	10
Atribuível aos:				
Acionistas da Petrobras	23.570	21.182	2.388	11
Acionistas não controladores	(563)	(223)	(340)	152
	23.007	20.959	2.048	10

Análise da Demonstração de Resultado Consolidado – 2013:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia apresentou um lucro líquido consolidado de R\$ 23.570 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, 11% superior ao exercício de 2012 (R\$ 21.182 milhões), refletindo principalmente os seguintes fatores:

Receita de Vendas

Receita de vendas de R\$ 304.890 milhões, 8% superior ao exercício de 2012, em função de:

- Maiores preços nas vendas de derivados no mercado interno devido aos reajustes de gasolina e diesel, aos maiores preços de energia e aos impactos cambiais (10%) sobre os preços dos derivados atrelados ao mercado internacional;
- Aumento da demanda de derivados no mercado interno (4%), principalmente de diesel (5%), gasolina (4%) e óleo combustível (17%), compensado pelo menor volume de petróleo exportado (43%), em função da menor produção e maior carga processada.

Custo dos produtos vendidos

Custo dos produtos vendidos de R\$ 233.726 milhões, 11% superior ao exercício de 2012, retratando:

- Aumento de 4% no volume de vendas de derivados no mercado interno, suportado pelo aumento do refino nacional;
- Maiores volumes de importações de gás natural, para atendimento à demanda térmica, e de petróleo, devido ao maior processamento nas refinarias, combinado com o impacto da depreciação cambial de 10% sobre seus custos;
- Maiores gastos com produção de óleo, decorrentes do maior número de intervenções em poços e da entrada em operação de novas instalações, as quais ainda não produziram a totalidade de sua capacidade.

Lucro Bruto

Lucro bruto estável em relação a 2012.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais apresentaram redução de R\$ 1.710 milhões, destacando-se principalmente:

- Vendas: aumento de R\$ 997 milhões, refletindo principalmente os maiores gastos com pessoal, decorrentes do ACT 2012 e 2013 e do processo de avanço de nível e promoção, e fretes, em função do maior volume de vendas no mercado interno;
- Gerais e Administrativas: aumento de R\$ 909 milhões, refletindo principalmente os maiores gastos com pessoal, decorrentes do Acordo Coletivo de Trabalho 2012 e 2013;
- Custos exploratórios: redução de R\$ 1.426 milhões, devido a menores baixas de poços secos e subcomerciais;
- Outras despesas operacionais: redução de R\$ 3.341 milhões, especialmente por ganho apurado na venda de ativos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Resultado Financeiro Líquido**

Despesa financeira líquida de R\$ 6.202 milhões, superior em R\$ 2.479 milhões em relação a 2012, decorrente:

- Redução nas receitas financeiras, que em 2012 contemplaram o ganho na venda das NTN- B e rendimentos reconhecidos sobre depósitos judiciais (R\$ 2.635 milhões);
- Aumento das despesas financeiras devido ao maior endividamento, bem como adesão ao REFIS;
- Menores perdas monetárias e cambiais (R\$ 2.696 milhões), em função da adoção da contabilidade de hedge para proteção de exportações futuras, reduzindo em R\$ 12.691 milhões os impactos cambiais no resultado financeiro.

Lucro Líquido

Lucro Líquido R\$ 2.388 milhões superior ao exercício de 2012, refletindo menores despesas com impostos, aumento no lucro operacional e ganhos com participações em investimentos, compensados parcialmente pelo menor resultado financeiro.

Análise do Ativo Consolidado – 2013**Caixa e equivalentes a caixa**

Aumento de R\$ 9.544 milhões, como resultado de:

- Acréscimo de 4% na geração operacional de caixa, motivada pelo efeito positivo dos reajustes no preço de diesel e gasolina ao longo de 2013 e do crescimento de 6% na produção de derivados, permitindo um recuo no volume de importações dos mesmos. Tais efeitos foram parcialmente compensados pelo impacto da desvalorização do real sobre os custos de importações, além do menor volume de exportações de petróleo.
- Volume de captações realizadas em 2013, líquidas de amortizações, no montante de R\$ 33.176 milhões, representando um incremento de R\$ 15.860 milhões em relação a 2012. Destaque para a emissão em dólares de aproximadamente US\$ 11 bilhões de bonds em maio de 2013 no mercado de capitais, além de captações junto a instituições financeiras no Brasil e no exterior.
- Obtenção de R\$ 8.383 milhões ao longo de 2013 como resultado da venda de ativos. Tais recursos são referentes a vendas realizadas no escopo do Programa de Desinvestimentos (PRODESIN), com destaque para as vendas de 50% da participação em ativos na África (através da formação de uma joint venture e venda parcial dos ativos) e da participação detida no bloco BC-10, no Brasil.

Os principais usos do caixa foram relacionados a investimentos nos negócios da Companhia, totalizando R\$ 98.038 milhões, comparativamente a R\$ 79.832 milhões em 2012. Destaque para o incremento nos investimentos em E&P, de R\$ 16.547 milhões, incluindo R\$ 6 bilhões relacionados à aquisição dos direitos sobre o bloco de Libra no Pré-Sal.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Título de Valores Mobiliários – Circulante**

A redução de R\$ 12.215 milhões em relação ao saldo em 31.12.2012 decorre da diminuição de aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários, classificados como títulos para negociação e com finalidade de venda no curto prazo, conforme descrito na nota explicativa 7 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

Estoques

O aumento do saldo em estoque, no montante de R\$ 3.588 milhões, retrata o crescimento dos custos unitários, influenciado principalmente pelo comportamento das cotações internacionais e pela apreciação do dólar frente ao real, assim como pelos maiores custos de produção. O efeito dos maiores custos foi parcialmente compensado pela redução do volume de derivados importados, devido à elevação da produção nas refinarias.

Ativos classificados como mantidos para venda

A elevação de R\$ 290 milhões em 2012 para R\$ 5.638 milhões em 2013 reflete, principalmente, operações de vendas que no final do exercício de 2013 encontravam-se sujeitas a condições precedentes e, portanto, reconhecidas e classificadas como “mantidos para venda”, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado					
	2013					2012
	E&P (*)	Abasteci- mento	Gás & Energia	Internacio- nal	Outros	Total
Ativos classificados como mantidos para venda						
Imobilizado	116	293	-	3.759	1	4.169
Contas a receber	-	243	-	75	-	318
Estoques	-	182	-	101	-	283
Investimentos	-	36	65	25	-	126
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	9	-	274	-	283
Outros	-	35	-	424	-	459
	116	798	65	4.658	1	5.638
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda						
Fornecedores	-	(60)	-	(323)	-	(383)
Provisão para desmantelamento de área	-	-	-	(70)	-	(70)
Financiamentos	-	(36)	-	(1.398)	-	(1.434)
Outros	-	(53)	-	(574)	-	(627)
	-	(149)	-	(2.365)	-	(2.514)

(*) Contempla perda no valor recuperável de ativos, conforme nota explicativa 14.3 das demonstrações contábeis do exercício de 2013..

Informações adicionais estão descritas na nota explicativa 10.2 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

Contas a receber, líquidas – Não circulante

Aumento de R\$ 1.541 milhões em relação ao saldo em 31.12.2012 resulta principalmente da reclassificação para o ativo não circulante de recebíveis do setor elétrico, refletindo sua expectativa de realização, conforme descrito na nota explicativa 19.6 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Impostos e contribuições – Ativo Não Circulante**

O aumento de R\$ 1.930 milhões, em relação ao saldo em 31.12.2012, decorreu principalmente de maiores créditos de impostos diferidos incidentes sobre as aquisições de imobilização em função do nível de investimentos da companhia.

Imobilizado

O aumento do imobilizado em R\$ 115.164 milhões deve-se aos investimentos direcionados ao desenvolvimento de projetos de produção de petróleo e gás natural, à construção de navios e de dutos e à construção e ampliação de unidades industriais e, ainda, ao montante de R\$ 50.389 reclassificado do Ativo Intangível para o Imobilizado, em decorrência da declaração de comercialidade de áreas vinculadas ao Contrato de Cessão Onerosa (Franco e Sul de Tupi), conforme descrito na nota explicativa 13 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

A seguir, a movimentação do imobilizado, em R\$ milhões:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	418.716
Adições	83.582
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	(1.431)
Juros capitalizados	8.474
Combinação de negócios	145
Baixas	(5.610)
Transferências	48.018
Depreciação, amortização e depleção	(27.999)
Impairment - constituição	(232)
Impairment - reversão	277
Ajuste acumulado de conversão	9.940
Saldo em 31 de dezembro de 2013	533.880

Intangível

A redução de R\$ 45.086 milhões (56%) deve-se à declaração de comercialidade das áreas de Franco e Sul de Tupi, localizadas no pré-sal da Bacia de Santos, apresentada pela Petrobras em 19 de dezembro de 2013 à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Com a declaração de comercialidade, os valores pagos à União na aquisição das áreas de Franco e Sul de Tupi, nos montantes de R\$ 48.621 e R\$ 1.768, respectivamente, foram reclassificados do Ativo Intangível para o Imobilizado, conforme prática descrita na nota explicativa 3.9 das demonstrações contábeis do exercício de 2013. Esses valores serão objeto da revisão do Contrato de Cessão Onerosa, conforme descrito na nota explicativa 13.2 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Análise do Passivo Consolidado – 2013:****Financiamentos**

O endividamento total em 31.12.2013 apresentou um crescimento de 36% em relação a 31.12.2012 em decorrência de captações de longo prazo e do impacto da depreciação cambial de 14,6%. Comentários sobre principais captações estão apresentadas no item 10.1,f,i deste formulário e informações complementares estão disponíveis na nota explicativa 17 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

Dividendos propostos

O saldo da provisão no encerramento do exercício é superior em R\$ 3.147 milhões devido especialmente ao adiantamento realizado pela controladora em 2012, no montante de R\$ 2.609 milhões, com pagamento em 31 de maio de 2012, na forma de juros sobre o capital próprio.

Planos de pensão e saúde

A redução observada nos passivos atuariais da companhia, no montante de R\$ 12.175 milhões, decorre principalmente das variações ocorridas nas premissas financeiras, em especial o aumento nas taxas de desconto utilizadas para apuração do valor presente da obrigação (movimento inverso ao ocorrido em 2012), conforme tabela de comparativo de taxas de desconto abaixo:

Plano	2011	2012	2013
Plano Petros do Sistema Petrobras	5,58%	3,75%	6,56%
Plano Petros-2	5,58%	3,75%	6,65%
AMS	5,59%	3,81%	6,58%

Ressalte-se que essas taxas têm por base a remuneração dos títulos públicos de maior longevidade, as NTN-Bs – que sofreram aumento como reflexo das mudanças ocorridas em 2013 na taxa básica da economia.

Em relação à AMS, o efeito mais significativo decorreu da atualização das tabelas com as estimativas de consumo, cujo acréscimo no passivo anulou o ganho decorrente do aumento da taxa de juros.

Outras informações estão disponíveis na nota explicativa 22 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

Provisão para desmantelamento de áreas

A redução de R\$ 2.583 milhões em relação ao saldo em 31.12.2012 reflete a movimentação apresentada a seguir:

Passivo não circulante	2013	2012
Saldo inicial	19.292	8.839
Revisão de provisão	(2.051)	10.754
Utilização por pagamentos	(1.092)	(571)
Atualização de juros	426	258
Outros	134	12

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As principais causas que justificaram a redução à revisão da estimativa em 2013 foram as variações na taxa livre de risco, taxa de câmbio e também o esforço contínuo da Petrobras no desenvolvimento e aplicação de tecnologias mais eficientes, essenciais na viabilização e implementação de seus projetos.

Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda

O saldo de R\$ 2.514 milhões representa passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda conforme descrito anteriormente no item sobre “ativos classificados como mantidos para venda”

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossas receitas advêm de:

- vendas locais, que consistem de vendas de derivados de petróleo (tais como: óleo diesel, gasolina, combustível para aeronaves, nafta, óleo combustível e gás liquefeito de petróleo), gás natural, biocombustíveis, energia elétrica e produtos petroquímicos;
- vendas para exportação, que consistem principalmente de vendas de petróleo bruto e derivados;
- vendas internacionais (excluindo vendas para exportação), que consistem de vendas de petróleo, gás natural e derivados que são comprados, produzidos e refinados no exterior; e
- outras receitas, incluindo serviços, rendas com investimentos e ganhos cambiais.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que aferiram materialmente o resultado operacional consolidado na comparação 2013 x 2012 foram:

- Maiores preços nas vendas de derivados no mercado interno devido aos reajustes de gasolina e diesel, aos maiores preços de energia e aos impactos cambiais (10%) sobre os preços dos derivados atrelados ao mercado internacional;
- Aumento da demanda de derivados no mercado interno (4%), principalmente de diesel (5%), gasolina (4%) e óleo combustível (17%), compensado pelo menor volume de petróleo exportado (43%), em função da menor produção e maior carga processada.
- Maiores volumes de importações de gás natural, para atendimento à demanda térmica, e de petróleo, devido ao maior processamento nas refinarias, combinado com o impacto da depreciação cambial de 10% sobre seus custos;
- Maiores gastos com produção de óleo, decorrentes do maior número de intervenções em poços e da entrada em operação de novas instalações, as quais ainda não produziram a totalidade de sua capacidade.
- Menores baixas de poços secos e subcomerciais;
- Maiores ganhos na venda de ativos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de vendas relativas a exportações e as receitas com vendas no mercado interno dos derivados parametrizados ao mercado internacional são influenciadas por variações da taxa de câmbio e variações das cotações internacionais do petróleo.

	2013	2012	2013 x 2012 (%)
Cotações			
Petróleo Brent (US\$/bbl)	108,66	111,58	(3)
Dólar médio de venda (R\$)	2,16	1,96	10
Dólar final de venda (R\$)	2,34	2,04	15
Selic- taxa média (%)	8,19	8,54	-
Indicadores de preços médios			
Preço derivados básicos merc. interno (R\$/bbl)	209,17	186,55	12
Preço de venda - Brasil			
. Petróleo (US\$/bbl) *	98,19	104,60	(6)
. Gás natural (US\$/bbl)	47,43	48,45	(2)
Preço de venda - Internacional			
. Petróleo (US\$/bbl)	89,86	94,37	(5)
. Gás natural (US\$/bbl)	21,08	17,99	17

*Média das exportações e preços internos de transferência do E&P para o Abastecimento.

Variações do Volume de Vendas em Mil Barris/Dia:

	2013	2012	2013 x 2012 (%)
Diesel	984	937	5
Gasolina	590	570	4
Óleo combustível	98	84	17
Nafta	171	165	4
GLP	231	224	3
QAV	106	106	-
Outros	203	199	2
Total de derivados	2.383	2.285	4
Alcoóis, nitrogenados renováveis e outros	91	83	10
Gás natural	409	357	15
Total mercado interno	2.883	2.725	6
Exportação	395	554	(29)
Vendas internacionais	514	506	2
Total mercado externo	909	1.060	(14)
Total geral	3.792	3.785	-

- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Análise 2013 x 2012****Resultado Operacional**

Os principais impactos no resultado operacional, nas variáveis citadas, foram:

Produtos: maiores preços praticados nas vendas de derivados no mercado interno, devido aos reajustes de gasolina e diesel e efeitos cambiais (10%) sobre os preços dos derivados atrelados ao mercado internacional;

Insumos: efeito das depreciação cambial sobre as importações de petróleo e derivados, operações de trading e participações governamentais.

Resultado Financeiro: Menores perdas monetárias e cambiais (R\$ 2.696 milhões), decorrente da redução da exposição cambial pela extensão da contabilidade de hedge para proteção de exportações futuras, reduzindo em R\$ 12.691 milhões os impactos cambiais no resultado financeiro.

	Consolidado		
	2013	2012	2013 X 2012
Variações cambiais e monetárias s/ endividamento líquido (*)	(3.648)	(6.585)	2.937
Despesa com endividamentos	(11.878)	(10.067)	(1.811)
Receita com aplicações financeiras e títulos públicos	2.784	3.322	(538)
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(12.742)	(13.330)	588
Encargos financeiros capitalizados	8.500	7.430	1.070
Ganhos (perdas) com instrumentos derivativos	(408)	(89)	(319)
Resultado com títulos e valores mobiliários	(217)	1.862	(2.079)
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	(732)	834	(1.566)
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	(603)	(430)	(173)
Resultado financeiro líquido	(6.202)	(3.723)	(2.479)
Receitas	3.911	7.241	(3.330)
Despesas	(5.795)	(3.950)	(1.845)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(4.318)	(7.014)	2.696

(*) Inclui variação monetária sobre financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação ao dólar.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

- a. introdução ou alienação de segmento operacional

Sem alteração em relação a 2012.

- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

i. Aquisições**Araucária Nitrogenados S.A.**

Em 1º de junho de 2013, a Petrobras assumiu o controle da Araucária Nitrogenados S.A. (FAFEN-PR), cujo contrato para aquisição da totalidade das ações da empresa foi assinado com a Vale S.A. em 18 de dezembro de 2012. A operação foi aprovada pelo CADE em 15 de maio de 2013.

O valor da operação foi de US\$ 234 milhões e o pagamento à Vale será feito com a receita proveniente de arrendamento dos direitos minerários de titularidade da Petrobras em Sergipe. Está em andamento o processo de avaliação do valor justo dos ativos e passivos, que será concluído em até 12 meses após a assunção do controle da empresa. Na avaliação preliminar o valor justo dos ativos e passivos líquidos totalizou R\$ 671 milhões, sendo apurado um ganho por compra vantajosa no valor de R\$ 172 milhões. Este ganho foi registrado no resultado do exercício, no grupo de resultado de participações em investimentos e está sujeito a alteração até a conclusão do processo de avaliação pela compra.

Termoaçu

Em 14 de maio de 2013, a Petrobras celebrou contrato de compra de ações com a Neoenergia, referente a 23,13% de participação acionária na Termoaçu.

A Petrobras passou a deter 100% do capital da investida após o fechamento da operação ocorrido com o cumprimento das condições precedentes: aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, efetivada em 14 de junho de 2013, anuência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, concedida em 17 de julho de 2013 e homologação do contrato de compra e venda de ações pelo Tribunal Arbitral, com a consequente extinção da Arbitragem, efetivada em 14 de agosto de 2013. O valor total da operação, considerando ajustes de preço, foi de R\$ 149 milhões.

ii. Alienações**Brasil PCH**

Em 14 de junho de 2013, a Petrobras celebrou contrato de compra e venda com a Cemig Geração e Transmissão S.A., que posteriormente cedeu esse contrato à Chipley SP Participações, para alienação da totalidade de sua participação acionária detida na Brasil PCH S.A., equivalente a 49% do capital votante, pelo valor de R\$ 650 milhões, sem considerar os ajustes previstos no contrato.

Em 14 de fevereiro de 2014, após atendidas todas as condições precedentes previstas em contrato, a Petrobras concluiu a operação de alienação pelo valor total de R\$ 711 milhões, considerando os ajustes ao preço.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Em decorrência da existência de condições precedentes, em 31 de dezembro de 2013 os ativos e passivos correspondentes, objetos da transação, foram classificados como mantidos para venda.

Formação de joint venture para atuação na área de exploração e produção (E&P) no continente africano

Em 14 de junho de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou o acordo celebrado entre a Petrobras International Braspetro B.V. (PIBBV), controlada da Petrobras, e a BTG Pactual E&P B.V., empresa controlada pelo Banco BTG Pactual S.A., para a formação de uma joint venture para atuar na exploração e produção de óleo e gás na África, envolvendo ativos em Angola, Benin, Gabão, Namíbia, Nigéria e Tanzânia.

Para constituição da joint venture, a BTG Pactual E&P B.V. adquiriu 50% das ações da Petrobras Oil & Gas B.V. (PO&G), detidas pela PIBBV, pelo valor total de R\$ 3.364 milhões, incluindo o adiantamento de R\$ 78 milhões pela aquisição dos ativos de Angola e Tanzânia. Com a efetivação desta operação em 28 de junho de 2013, o resultado líquido antes dos impostos auferido pela Companhia foi de R\$ 1.906 milhões, sendo classificado na demonstração de resultado em outras receitas (despesas) operacionais.

Em decorrência da necessidade de aprovação da operação pelos governos de Angola e Tanzânia, em relação aos respectivos ativos situados nestes países, os saldos destes ativos foram classificados como mantido para venda até que as condições precedentes sejam atendidas e a operação seja efetivada.

Considerando a estrutura societária e os termos do acordo de acionistas desta parceria, firmado em 28 de junho de 2013, o investimento da Petrobras na PO&G passou a ser classificado como empreendimento controlado em conjunto, deixando de ser consolidado.

Companhia Energética Potiguar

Em 16 de agosto de 2013, a Petrobras celebrou com Global Participações Energia S.A. contrato de compra e venda para alienação da totalidade de sua participação acionária detida na Companhia Energética Potiguar, equivalente a 20% do capital votante, pelo valor total de R\$ 23 milhões já considerando os ajustes de preço previstos no contrato.

A aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE foi ratificada em 25 de setembro de 2013 e o fechamento da operação ocorreu em 31 de outubro de 2013.

Campo de Coulomb - EUA

Em 16 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a venda, pela Petrobras America Inc, controlada da Petrobras International Braspetro B.V. (PIBBV), de sua participação de 33% no campo de Coulomb, localizado no bloco Mississippi Canyon 613 (MC 613), pelo valor de R\$ 418 milhões. A Shell Offshore Inc., operadora e detentora de 67% de participação no campo, exerceu seu direito de preferência na aquisição.

Com a efetivação desta transação em 27 de setembro de 2013, o resultado líquido auferido pela Companhia foi de R\$ 277 milhões, após as deduções do ajuste de preço, conforme farm-out agreement, e os custos relacionados ao ativo.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Innova S.A.

Em 16 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a alienação de 100% das ações de emissão da Innova S.A. para a Videolar S.A. e seu acionista majoritário, pelo valor de R\$ 870 milhões, sujeito a ajuste de preço até o fechamento da operação.

A transação foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária em 30 de setembro de 2013 e sua conclusão está sujeita a determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Em decorrência das condições precedentes acima elencadas, em 31 de dezembro de 2013 os ativos e passivos correspondentes, objetos da transação, foram classificados como mantidos para venda.

Bloco BC-10 - Parque das Conchas

Em 16 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a alienação da participação total no projeto offshore Parque das Conchas (Bloco BC-10), equivalente a 35% do consórcio e da participação na Tambá BV, fornecedora de equipamentos, pelo valor de US\$ 1,54 bilhão.

O contrato firmado com o Grupo Sinochem estabelecia algumas condições precedentes para a efetivação da venda, entre elas o exercício de direito de preferência dos sócios e a obtenção da aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP).

Em 17 de setembro de 2013, a Shell e a ONGC Videsh exerceram seus direitos de preferência para a aquisição de 23% e 12% de participação, respectivamente.

Após a aprovação da ANP e do CADE, a venda para os sócios foi concluída em 30 de dezembro de 2013. O resultado líquido auferido pela Companhia foi de R\$ 1.016 milhões.

Petrobras Colombia Limited (PEC)

Em 13 de setembro de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a alienação de 100% das ações de emissão da Petrobras Colombia Limited (PEC), controlada da Petrobras International Braspetro B.V. (PIBBV), para a Perenco Colombia Limited, pelo valor de R\$ 847 milhões, sujeito a ajuste de preço até o fechamento da operação.

A conclusão da transação está sujeita a determinadas condições precedentes usuais, incluindo a aprovação da Agência Nacional de Hidrocarburos – ANH.

Em decorrência das condições precedentes, em 31 de dezembro de 2013 os ativos e passivos correspondentes, objetos da transação, foram classificados como mantidos para venda.

Blocos de Exploração - Uruguai

Em 04 de outubro de 2013, a Diretoria Executiva da Petrobras aprovou a venda para a Shell, por R\$ 40 milhões, da participação acionária de 40% que a Petrobras Uruguay Servicios y Operaciones S.A. (PUSO), controlada da Petrobras Uruguay S.A. de Inversión, possuía nas empresas Bizoy S.A. e Civeny S.A., detentoras respectivamente dos blocos exploratórios 3 e 4, localizados na Bacia de Punta Del Este, no Uruguai.

A conclusão da transação está sujeita a determinadas condições precedentes,

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

principalmente, a aprovação da operação pela Administración Nacional de Combustibles Alcohol y Portland (ANCAP).

Em decorrência das condições precedentes, os ativos e passivos correspondentes, objetos da transação, foram classificados como mantidos para venda.

Petrobras Energia Peru S.A.

Em 13 de novembro de 2013, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a venda, pela Petrobras de Valores Internacional de España S.L. (PVIE) e Petrobras Internacional Braspetro BV (PIB BV), de 100% das ações da Petrobras Energia Peru S.A. para a China National Petroleum Corporation (CNPC), pelo valor total de R\$ 6.201 milhões, sujeito a ajuste de preço até o fechamento da operação.

A conclusão da transação está sujeita a determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação dos governos chinês e peruano, bem como à observância dos procedimentos previstos nos respectivos Joint Operating Agreement (JOA), quando aplicável.

Em decorrência das condições precedentes, os ativos e passivos correspondentes, objetos da transação, foram classificados como mantidos para venda.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a. mudanças significativas nas práticas contábeis****Revisão do IAS 19 - Benefícios a Empregados (CPC 33 – R1)**

Em 2013 entrou em vigor a revisão do IASB sobre a norma IAS 19 - Benefícios a Empregados (CPC 33 – R1), que eliminou a possibilidade do diferimento das perdas/ganhos atuariais dos planos de pensão e saúde (método corredor) e requer o cálculo dos juros líquidos com base na aplicação da taxa de desconto sobre o saldo dos passivos líquidos de ativos do plano.

Compensação do imposto de renda e contribuição social, diferidos

A companhia passou a apresentar o imposto de renda e contribuição social diferidos em base líquida no ativo ou no passivo, considerando os saldos de cada uma das empresas consolidadas.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**Revisão do IAS 19 - Benefícios a Empregados (CPC 33 – R1)**

Em decorrência desta alteração a Companhia reconheceu em suas demonstrações contábeis consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 um aumento do passivo atuarial líquido em R\$ 20.764 milhões (R\$ 11.590 milhões em 1º de janeiro de 2012), tendo como contrapartida uma redução do passivo fiscal diferido de R\$ 6.105 milhões (R\$ 3.108 milhões em 1º de janeiro de 2012) e do patrimônio líquido de R\$ 14.659 milhões (R\$ 8.482 milhões em 1º de janeiro de 2012).

Compensação do imposto de renda e contribuição social, diferidos

Redução de R\$ 8.978 milhões no ativo e no passivo consolidados (redução de R\$ 6.714 milhões em 1º de janeiro de 2012).

A seguir são apresentados os efeitos das reclassificações para comparabilidade:

Balanço patrimonial consolidado (em milhões de reais)

	31.12.2012				01.01.2012			
	Divulgado (*)	Efeito da Revisão do IAS 19 (a)	IR e CSLL diferidos, líquidos (b)	Reapresentado	Divulgado (*)	Efeito da Revisão do IAS 19 (a)	IR e CSLL diferidos, líquidos (b)	Reapresentado
Ativo								
Ativo Circulante	118.102	–	–	118.102	121.164	–	–	121.164
Ativo Realizável a longo prazo	47.214	293	(8.978)	38.529	42.134	147	(6.714)	35.567
Investimentos	12.477	–	–	12.477	12.248	–	–	12.248
Imobilizado	418.716	–	–	418.716	343.117	–	–	343.117
Intangível	81.207	–	–	81.207	81.434	–	–	81.434
	677.716	293	(8.978)	669.031	600.097	147	(6.714)	593.530
Passivo								
Passivo circulante	69.620	–	–	69.620	68.212	–	–	68.212
Passivo não circulante	262.663	14.951	(8.978)	268.636	199.661	8.629	(6.714)	201.576
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	343.079	(14.658)	–	328.421	329.839	(8.482)	–	321.357
Participação dos acionistas não controladores	2.354	–	–	2.354	2.385	–	–	2.385
	677.716	293	(8.978)	669.031	600.097	147	(6.714)	593.530

(*) Divulgado nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Estas alterações não geraram impactos materiais aos resultados e aos fluxos de caixa da Companhia.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

Reservas de petróleo e gás natural

As reservas de petróleo e gás natural são calculadas tendo por base informações econômicas, geológicas e de engenharia, como perfis de poço, dados de pressão e dados de amostras de fluidos de perfuração, que são utilizadas para o cálculo das taxas de depreciação no método de unidades produzidas e teste de recuperabilidade dos ativos (impairment).

A apuração dos volumes de reserva exige a aplicação de julgamentos e está sujeita a revisões anuais, ou em um intervalo menor, caso haja indício de alterações significativas, realizadas a partir de reavaliação de dados preexistentes e/ou novas informações disponíveis relacionadas à produção, reservatórios e geologia, bem como alterações em preços e custos utilizados. As revisões podem, também, resultar de alterações significativas na estratégia de desenvolvimento da Companhia ou da capacidade de produção de equipamentos e instalações.

As reservas de petróleo e gás natural incluem tanto as provadas como as não provadas. De acordo com as definições prescritas pela Securities and Exchange Commission (SEC), reservas provadas são as quantidades estimadas cujos dados de engenharia e geológicos demonstram, com razoável certeza, ser recuperáveis no futuro, a partir de reservatórios conhecidos e sob condições operacionais e econômicas existentes (preços e custos na data em que a estimativa é realizada). As reservas provadas são subdivididas em desenvolvidas e não desenvolvidas.

Reservas provadas desenvolvidas podem ser recuperadas através dos poços existentes, com os equipamentos e métodos presentes e representaram 59,9% do total de reservas provadas da Companhia em 31 de dezembro de 2013.

Embora a Companhia entenda que as reservas provadas serão produzidas, as quantidades e os prazos de recuperação podem ser afetados por diversos fatores, que incluem a conclusão de projetos de desenvolvimento, o desempenho dos reservatórios, aspectos regulatórios e alterações significativas nos níveis de preço de petróleo e gás natural no longo prazo.

a) Impacto das reservas de petróleo e gás natural na depreciação, amortização e exaustão

Depreciação, amortização e exaustão são mensuradas com base em estimativas de reservas elaboradas por profissionais especializados da Companhia, de acordo com as definições estabelecidas pela SEC. Revisões das reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas impactam de forma prospectiva os valores da depreciação e depleção reconhecidos nos resultados e os valores contábeis dos ativos de petróleo e gás natural.

Dessa forma, mantidas as demais variáveis constantes, uma redução na estimativa de reservas provadas aumentaria, prospectivamente, o valor de despesas com depreciação, enquanto um incremento das reservas resultaria em redução da depreciação.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Outras informações sobre depreciação e depleção são apresentadas nas notas explicativas 3.8 e 12.2 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

b) Impacto das reservas de petróleo e gás natural e preços no teste de *impairment*

Para avaliar a recuperabilidade dos ativos relacionados à exploração e desenvolvimento de petróleo e gás natural, a Companhia utiliza o valor em uso, conforme nota explicativa 3.11. Em geral, as análises baseiam-se em reservas provadas e reservas prováveis. O percentual de reservas prováveis incluídos nos fluxos de caixa não excede os índices históricos de sucesso no desenvolvimento das reservas prováveis.

A gestão da Companhia realiza avaliações contínuas dos ativos, analisando sua recuperabilidade, para as quais utiliza a estimativa dos volumes de reservas de petróleo e gás natural, além de preços estimados futuros de petróleo e gás natural.

A Companhia não considera a volatilidade de curto prazo nos preços de petróleo como indicativo de mudança no valor recuperável dos ativos de petróleo e gás natural. Os mercados de petróleo e gás natural têm um histórico de volatilidade de preços significativa e, embora, ocasionalmente, possam haver quedas expressivas, os preços, a longo prazo, tendem a continuar sendo ditados pela oferta de mercado e fundamentos de demanda. Assim, os testes de recuperabilidade dos ativos *impairment* utilizam os preços de longo prazo previstos no planejamento, orçamento e nas decisões de investimento de capital da Companhia, os quais são considerados estimativas razoáveis em relação aos indicadores de mercado e às experiências passadas.

Reduções nos preços futuros de petróleo e gás natural, que sejam consideradas tendência de longo prazo, bem como efeitos negativos decorrentes de mudanças significativas no volume de reservas, na curva de produção esperada, nos custos de extração ou nas taxas de desconto podem ser indícios da necessidade de realização de teste de *impairment*.

Outras informações sobre ativos relacionados à exploração e desenvolvimento de petróleo e gás natural são apresentadas nas notas explicativas 3.8 e 12 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

Definição das unidades geradoras de caixa para testes de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A definição das unidades geradoras de caixa - UGC's envolve julgamentos e avaliação por parte da administração, com base em seu modelo de negócio e gestão, e seus impactos sobre os resultados dos testes de recuperabilidade de ativos de longa duração podem ser significativos. As premissas apresentadas a seguir foram utilizadas de forma consistente pela companhia:

UGC's da área de Exploração e Produção: campo ou pólo de produção de petróleo e gás, composto por um conjunto de ativos vinculados à exploração e ao desenvolvimento da produção da área.

UGC's da área de Abastecimento: i) UGC Refino: conjunto de ativos que compõem as refinarias, terminais e dutos, bem como os ativos logísticos operados pela Transpetro. A definição da UGC Refino é baseada no conceito de integração e otimização do resultado, podendo as indicações do planejamento e as operações dos ativos privilegiar uma determinada refinaria em detrimento de outra, buscando maximizar o desempenho global da UGC, sendo os dutos e terminais partes complementares e interdependentes dos ativos de refino, com o objetivo comum de atendimento ao mercado; ii) UGC Petroquímica: ativos das plantas petroquímicas das empresas PetroquímicaSuape e Citepe; iii) UGC Transporte: a

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

unidade geradora de caixa desse segmento é definida pelos ativos da frota de navios da Transpetro.

- UGC's da área de Gás e Energia: i) UGC Gás Natural: conjunto de ativos que compõem a malha comercial do gás natural (gasodutos), unidades de processamento de gás natural (UPGN) e conjunto de ativos de fertilizantes e nitrogenados (plantas industriais); e ii) UGC Energia: conjunto de ativos que compõem o portfólio de usinas termoeletricas (UTE).
- UGC da área de Distribuição: conjunto de ativos de distribuição, relacionados principalmente às atividades operacionais da Petrobras Distribuidora S.A. e da Liquegás Distribuidora S.A..
- UGC da área de Biocombustível: i) UGC Biodiesel: conjunto de ativos que compõem as usinas biodiesel. A definição da UGC, com avaliação conjunta das usinas, reflete o processo de planejamento e realização da produção, considerando as condições do mercado nacional e a capacidade de fornecimentos de cada usina, assim como os resultados alcançados nos leilões e a oferta de matéria-prima; ii) UGC Etanol: representadas por investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto do setor de etanol.
- UGC da Internacional: i) UGC Exploração e Produção Internacional: campo ou pólo de produção de petróleo e gás, composto por um conjunto de ativos vinculados à exploração e ao desenvolvimento da produção da área; e ii) Demais atividades da área internacional: definida ao menor nível de ativos para os quais exista fluxo de caixa identificável.

Os investimentos em coligada e em empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o ágio por rentabilidade futura (goodwill), são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

Outras informações sobre redução ao valor recuperável de ativos são apresentadas nas notas explicativas 3.11 e 14 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro.
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares – premissa representada por conjunto projetado de taxas anuais considerando a evolução histórica dos desembolsos per capita do plano de saúde, observáveis nos últimos 05 anos, para definição de um ponto inicial da curva que decresce gradualmente em 30 anos para alcance do patamar de inflação geral da economia.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 22 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Petrobras, com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 31 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

Estimativas de custos com obrigações de desmantelamento de áreas

A Companhia possui obrigações legais e/ou não formalizadas de remoção de equipamentos e restauração de áreas terrestres ou marítimas ao final das operações em locais de produção. As obrigações mais significativas de remoção de ativos envolvem a remoção e descarte das instalações offshore de produção de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior. As estimativas de custos de futuras remoções e recuperações ambientais são realizadas com base nas informações atuais sobre custos e planos de recuperação esperados.

Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que as obrigações ocorrerão no longo prazo; que os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos quando do momento da remoção e restauração efetivas; e que as tecnologias e custos de remoção de ativos se alteram constantemente, juntamente com as questões políticas, ambientais, de segurança e de relações públicas.

A Companhia está constantemente conduzindo estudos para incorporar tecnologias e procedimentos de modo a otimizar as operações de abandono, considerando as melhores práticas da indústria. Contudo, os prazos e os valores dos fluxos de caixa futuros estão sujeitos a incertezas significativas.

Outras informações sobre desmantelamento de áreas são apresentadas nas notas explicativas 3.14 e 20 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo nas demonstrações contábeis. A definição do valor justo exige julgamento da existência ou não de ativos idênticos ou similares cotados em mercado ativo e, na sua ausência, do uso de metodologias alternativas de valoração que podem ser complexas e envolvem estimativas de preços futuros, taxas de juros de longo prazo e índices de inflação.

Outras informações sobre instrumentos financeiros derivativos são apresentadas nas notas explicativas 3.3.5 e 34 das demonstrações contábeis do exercício de 2013.

Contabilidade de hedge

A identificação de relações de hedge entre objetos protegidos e os instrumentos de proteção (instrumentos financeiros derivativos e/ou não derivativos) envolve julgamentos críticos relacionados à efetiva existência da relação de proteção e da efetividade das mesmas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ademais, a Companhia avalia continuamente o alinhamento entre as relações de hedge identificadas e os objetivos e estratégia de sua política de gestão de risco.

Outras informações sobre contabilidade de hedge são apresentadas nas notas explicativas 3.3.6 e 34 das demonstrações contábeis do exercício de 2013

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e subsidiárias ("a companhia") é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos eficazes referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, bem como pela avaliação da eficácia dos controles internos referentes ao processo de preparação e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas.

Os controles internos da companhia referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas são processos desenvolvidos pelo ou sob a supervisão do Comitê de Auditoria da companhia, do Presidente e do Diretor Financeiro e executados pelos administradores e outros funcionários para fornecer segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e divulgação dos relatórios financeiros e à preparação das demonstrações contábeis para uso externo, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Devido às limitações próprias, os controles internos sobre o processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas podem não evitar ou detectar erros oportunamente. Portanto, mesmo os sistemas estabelecidos e considerados eficazes podem fornecer somente segurança razoável relativa ao processo de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Também as futuras avaliações da eficácia dos controles internos estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido às mudanças nas condições ou de que o grau de cumprimento das políticas ou procedimentos possa se deteriorar.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013. Com base nesta avaliação, a Administração concluiu que, em 31 de dezembro de 2013, os controles internos da companhia referentes à preparação das demonstrações contábeis consolidadas são eficazes.

- b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores independentes da PricewaterhouseCoopers (PwC) Auditores Independentes não identificaram, durante a execução dos trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Comunicaram à administração da Companhia a identificação de deficiência significativa nos controles sobre os acessos críticos a sistemas de informação, mas que não impactou a capacidade da Companhia de registrar, processar, resumir e divulgar dados financeiros. A administração apresentou controles compensatórios que se mostraram eficazes e, portanto, seriam suficientes para identificar qualquer atividade executada indevidamente e, por consequência, a administração teria conhecimento e trataria tempestivamente. Além disso, a administração já está desenvolvendo melhorias nas atividades de controle e ferramentas utilizadas nos acessos aos sistemas de informação de modo a melhor suportar os objetivos de controle definidos e ampliar a conformidade com os requisitos do framework COBIT, padrão internacional adotado como referência para os seus controles de tecnologia da informação.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

A Companhia realizou, em 2010, uma oferta global de distribuição primária de ações no montante de R\$ 120,2 bilhões (US\$ 69,9 bilhões), incluindo o Lote Suplementar e o Lote Adicional. Os recursos líquidos, incluindo os títulos públicos federais - LFT, estão sendo utilizados (1) em contrapartida à Cessão Onerosa e (2) para continuar desenvolvendo todos os nossos segmentos de negócio. Especificamente, planejamos alocar esses recursos líquidos da seguinte forma:

- aproximadamente 62,2% em contrapartida à Cessão Onerosa, nos termos da Lei 12.276; e
- aproximadamente 37,8% vem sendo utilizado para financiar os nossos investimentos, que, de acordo com o nosso Plano de Negócios para 2014-2018, são da ordem de US\$ 220,6 bilhões, assim como para manter uma estrutura de capital e índices de alavancagem adequados.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (**off-balance sheet items**), tais como:
- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iv. contratos de construção não terminada
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Em 31 de dezembro de 2013, não tivemos itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em nossa condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

A tabela a seguir resume nossas obrigações contratuais e os compromissos pendentes em 31.12.2013:

	Total	2014	2015-2018	2019 em diante
Obrigações contratuais				
Itens do balanço patrimonial: *				
Obrigações de dívida	274.915	26.048	104.676	144.191
Com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	209	12	44	152
Total dos itens do balanço patrimonial	275.124	26.060	104.720	144.343
Outros compromissos contratuais				
Gás natural ship or pay	7.460	1.267	4.939	1.254
Serviços contratados	132.140	58.888	61.051	12.201
Compromisso de compra de GN	28.243	5.292	18.889	4.062
Sem transferência de benefícios, riscos e controles de bens	122.027	34.396	56.664	30.967
Compromissos de compra	46.334	17.645	26.370	2.319
Total de outros compromissos	336.204	117.488	167.913	50.803
Total	611.328	143.548	272.633	195.146

* Não inclui obrigações com benefícios pós-emprego. Consulte nota explicativa nº 22 nas Demonstrações Contábeis.

- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados que não estejam no item anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Os contratos não evidenciados nas demonstrações financeiras estão relacionados às atividades operacionais da Companhia e o registro contábil decorrerá da efetiva utilização do bem ou serviço. Tais itens ainda não atendem aos critérios de reconhecimento de passivos, por serem obrigações originadas de contratos ainda não integralmente cumpridos e, em consequência, não há reconhecimento dos ativos ou despesas correspondentes.

.

- b. natureza e o propósito da operação

“Vide item a”

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

“Vide item a”